

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

**NOTA
TÉCNICA | 17**

DESIGUALDADE DE RENDA E CLASSES SOCIAIS

Indicadores Socioeconômicos do Espírito Santo – PNAD 2009

Economia do Bem-Estar e do Setor Público

Magnus William de Castro
Antônio Freislebem da Rocha
Jaqueline S. Costa
Lorena Zardo Trindade
Tatiana Kolodin Ferrari

Vitória | 2011

Sumário

Apresentação.....	03
1. Introdução	04
2. Metodologia	05
3. Desigualdade	07
4. Classes Sociais	12
5. Considerações Finais	17
6. Referências Bibliográficas.....	18
Apêndice	19

Apresentação

O Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN tem a finalidade de produzir conhecimento social, econômico e territorial sobre o Estado do Espírito Santo para subsidiar os gestores públicos na formulação e na avaliação de políticas públicas.

Neste ano, o IJSN divulga uma série de quatro Notas Técnicas sob o título "Pnad 2009 - Indicadores Socioeconômicos do Espírito Santo", que discutirão, com detalhamento dos dados e comparação das séries históricas, a evolução dos indicadores socioeconômicos referentes ao Estado no período de 2001 a 2009.

A série de Notas Técnicas abordará áreas como demografia, educação, e mercado de trabalho, além de tratar de arranjos familiares, situação dos domicílios, renda, desigualdade e classes sociais.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Espírito Santo apresentou intensa melhoria da distribuição de renda e redução do nível de pobreza. Esta nota procura apresentar as características do processo recente de redução das desigualdades e de inclusão social no estado.

A redução da desigualdade de renda tem várias dimensões explicativas. De acordo com o trabalho do IPEA (2006) que reuniu os maiores pesquisadores na área de distribuição de renda, os fatores mais importantes na redução da desigualdade de renda seriam a redução das diferenças de renda do trabalho (segmentação geográfica e entre trabalho formal e informal e a qualificação do trabalhador) e as transferências governamentais como aposentadorias, pensões públicas e o programa Bolsa Família (as transferências governamentais contribuíram com 30% da redução do coeficiente de Gini para a renda *per capita*).

Independentemente de se considerar que a redução da desigualdade seja uma condição importante para promover o crescimento econômico, parece haver um consenso, no Brasil, de que essa redução é importante para melhorar as condições de vida da população de maneira geral, seja pela redução nos índices de criminalidade, saúde e educação.

Dessa forma, buscar-se-á neste trabalho descrever a evolução e a situação atual das classes sociais e desigualdade de renda no Espírito Santo. Para isso, além dessa pequena introdução, na seção 2 é relatada a fonte de informação utilizada e os procedimentos metodológicos, na seção 3 examina-se a questão da desigualdade e na seção 4 a composição das classes sociais, por fim, na seção 5 são apresentados os comentários finais.

2. METODOLOGIA

No trabalho serão apresentados indicadores de distribuição de renda e de classes sociais. Os dados utilizados para a estimativa desses indicadores são os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para os anos de 2001 a 2009. Realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a pesquisa tem âmbito nacional e investiga diversas características socioeconômicas e possibilita a construção de vários indicadores sociais, como a evolução da distribuição de renda e pobreza, por meio da apropriação de renda das famílias.

A variável utilizada para o cálculo dos indicadores foi a renda domiciliar. Conforme Vescovi e Castro (2008), para não ocorrer superestimação retirou-se da amostra as pessoas cuja condição na unidade domiciliar era de pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico, assim como para não subestimá-la, optou-se por dispensar toda a informação dos domicílios em que um de seus indivíduos omitiu qualquer uma de suas rendas.

Para a determinação das classes sociais utilizou-se a seguinte divisão baseada nas metodologias de Néri (2008) e Rocha (2000):

Tabela 1 - Determinação das classes sociais segundo renda domiciliar Espírito Santo, 2009

	Renda Domiciliar Total	Renda Domiciliar per capita
Elite	mais de R\$5.120,64	mais de R\$1.280,16
Classe Média	de R\$1.187,80 a R\$5.122,40	de R\$296,95 a R\$1.280,16
Remediados	de R\$630,24 a R\$1.187,80	de R\$157,56 a R\$296,95
Pobres	menos de R\$630,24	menos de R\$157,56

Fonte: IBGE - PNAD (2001-2009).

Elaboração: Rede de Estudos da Economia do Bem-Estar e Setor Público.

Dessa forma, as classes sociais são definidas de acordo com seus extratos de renda, sendo essa classificação específica de cada região, uma vez que é baseada em informações regionalizadas do custo de vida.

Nesta nota considera-se a pobreza na divisão mais simplificada, ou seja, a questão da insuficiência de renda. Neste contexto, existe pobreza se existem famílias vivendo com renda domiciliar *per capita* abaixo do mínimo necessário para a satisfação das necessidades mais básicas. Assim, a magnitude da pobreza tem uma relação direta com o número de indivíduos vivendo em famílias com renda *per capita* abaixo e distante da linha de pobreza (BARROS *et al*, 2001).

Os remediados são aquelas famílias em que a quase totalidade da renda é destinada para suprir as necessidades mais básicas. Esta classe é uma faixa de transição entre a pobreza e a classe média.

Como classe média entende-se a população situada na faixa central da distribuição de renda. Esta faixa concentra a população que movimenta o mercado consumidor, que segundo VESCOVI e CASTRO (2008), estes são responsáveis pela acumulação do capital humano e social no estado. No Espírito Santo, os indivíduos que estão abaixo do limite inferior e os situados acima do limite superior do intervalo de renda da classe média representam, respectivamente, 38,9% e 11,1% da população. Neste limite superior encontra-se a elite, representando o ápice da pirâmide de classes.

Para mensurar a desigualdade de renda utilizou-se o coeficiente de Gini, que é uma medida de desigualdade bastante utilizada para medir o grau de concentração de uma dada distribuição. O coeficiente de Gini tem relação direta com a Curva de Lorenz, que é uma representação gráfica que compara uma distribuição empírica com a distribuição uniforme, representada por uma reta com ângulo de 45°. Dessa forma, quanto mais próxima a curva de frequência relativa acumulada de uma variável estiver em relação à reta de 45°, reta de perfeita igualdade, menor será o coeficiente de Gini. No limite, quando seu valor é zero (0), diz-se que existe uma situação de perfeita igualdade. Da mesma forma, quanto mais distante a curva de frequência relativa acumulada de uma variável estiver da reta de igualdade, maior será o coeficiente de Gini, podendo no seu limite apresentar o valor um (1), o que equivale a uma situação de extrema desigualdade.

Se denominarmos a área entre a linha de perfeita igualdade e a curva de Lorenz como α , e a área abaixo da curva de Lorenz como β , o coeficiente de Gini pode ser calculado por:

$$G = \frac{\alpha}{\alpha + \beta} \quad (1),$$

Sendo $\alpha + \beta = 0,5$, o índice de Gini pode ser reescrito como:

$$G = \frac{\alpha}{0,5} = 2\alpha \quad (2),$$

De acordo com Januzzi (2006), este método é popular em razão da relativa facilidade de entendimento de seu significado e por sua aderência a uma série de propriedades entendidas como interessantes nos estudos sobre distribuição de renda, sobretudo no princípio de Pigou-Dalton¹.

¹ O princípio de Pigou-Dalton mostra uma sensibilidade das transferências regressivas de renda, isto é, a transferência de um indivíduo mais rico para um mais pobre resulta em uma maior igualdade social, desde que essa transferência não inverta a posição social entre os dois.

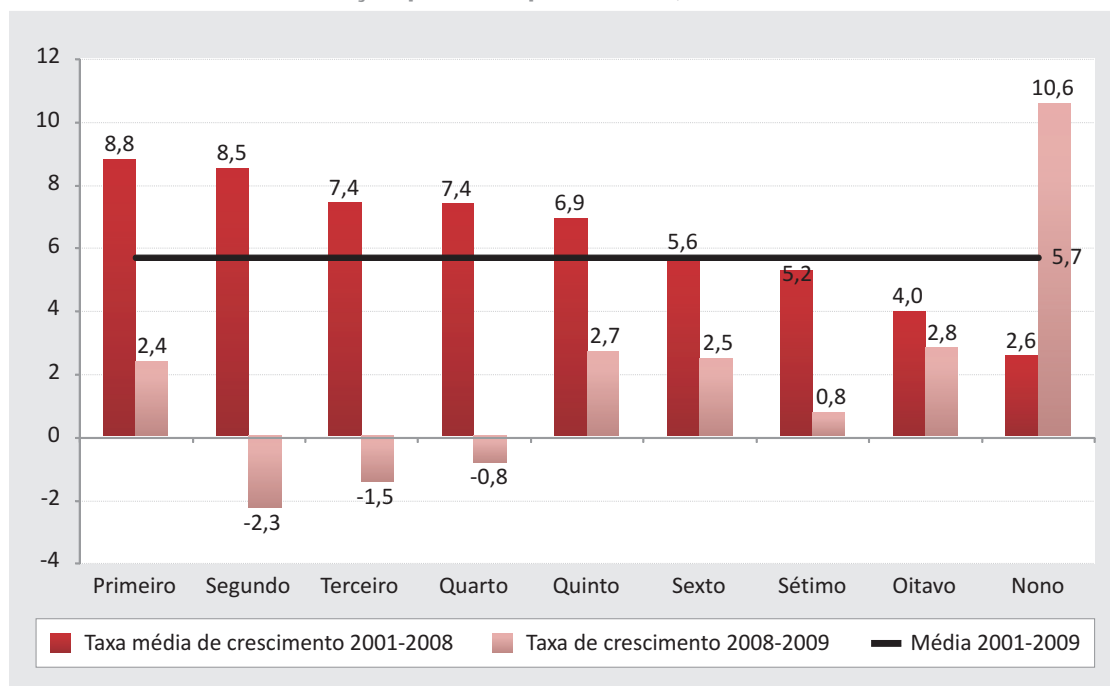
3. DESIGUALDADE

Ao se analisar a renda domiciliar *per capita* para o Espírito Santo, verifica-se entre 2001 a 2009 uma trajetória ascendente. Em 2001, esta era estimada em R\$ 474,00, o menor valor do período foi verificado em 2003, sendo de R\$ 461,00, ambos a preços de 2009. Em 2009, a renda domiciliar *per capita* passou para R\$ 634,00, o que representa um crescimento de 33,7% em relação a 2001 e de 37,5% em relação a 2003. Na comparação estadual, o Espírito Santo apresenta a oitava maior renda domiciliar *per capita*, ficando acima da média nacional (R\$ 632,00), mas abaixo da média da região sudeste (R\$ 759,00).

Na análise por decis da distribuição de renda, verifica-se que o crescimento mais intenso de 2001 a 2008 se deu nos primeiros decis da distribuição, que representa as famílias mais carentes. A Figura 1 mostra que a taxa de crescimento de 2001 a 2008 até o quinto decil ficou acima da média de crescimento (5,7%) apresentada entre 2001 a 2009. O maior crescimento é verificado no primeiro decil de renda (8,8%). Esse crescimento mais acelerado da renda dos mais pobres mostra que a fatia da renda estadual apropriada por estes cresceu e, portanto, houve uma desconcentração da renda no estado durante esse período de 2001 a 2008.

No entanto, ao se comparar o crescimento de 2008 para 2009, período em que a economia sofreu os reflexos da crise econômica mundial, observa-se claramente uma diminuição da renda domiciliar *per capita* para os decis mais baixos da distribuição. Com exceção do primeiro decil, que apresentou um aumento de 2,4%, o segundo, terceiro e quarto decil apresentaram queda de: -2,3%, -1,5% e -0,8%, respectivamente. Já o nono decil apresentou um elevado crescimento de 10,6% (Figura 1). Isto provocou um movimento contrário ao verificado nos últimos anos, causando uma concentração da renda em 2009.

Figura 1 - Taxa de crescimento médio anual da renda domiciliar per capita segundo decis da distribuição para o Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: IBGE - PNAD (2001-2009).

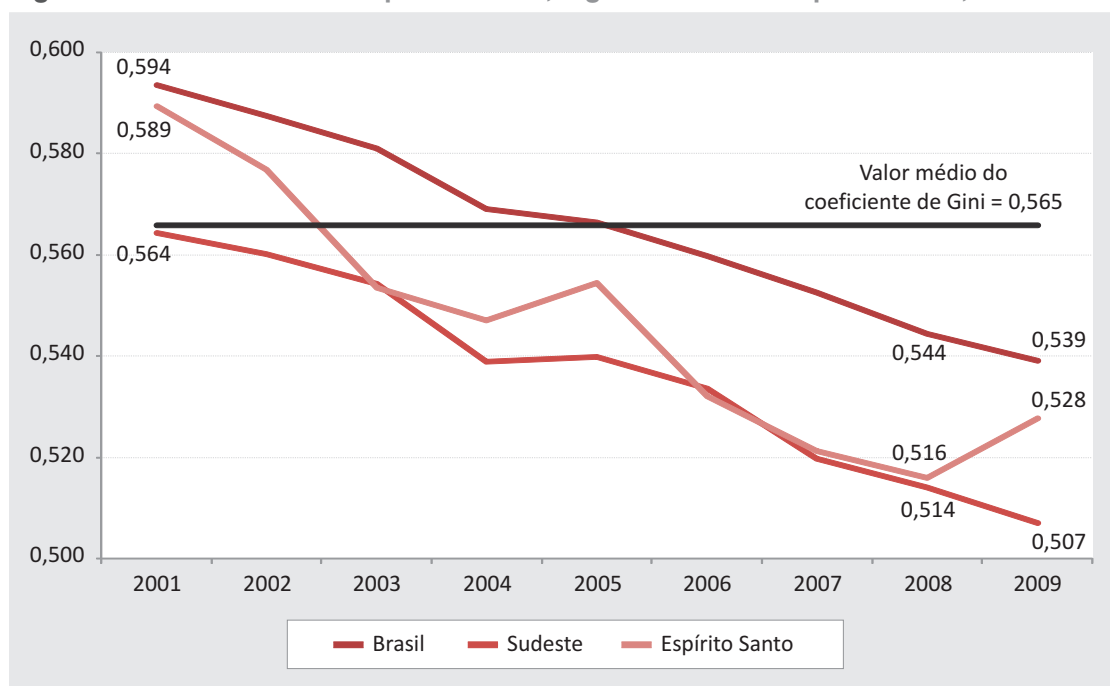
Elaboração: Rede de Estudos da Economia do Bem-Estar e Setor Público.

Esse comportamento diferenciado da renda entre estratos mais ricos e mais pobres sugere uma desconcentração da renda entre 2001 e 2008 e uma concentração em 2009. Este fato pode ser melhor verificado pelo Coeficiente de Gini.

Nos últimos anos os dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostram uma redução da desigualdade de renda no Espírito Santo. No período de 2001 a 2009 o coeficiente de Gini para o estado caiu 10,5%, passando de 0,589 em 2001 para 0,528 em 2009, queda superior a verificada para o Brasil (9,2%) e região Sudeste (10,2%) (Figura 2).

Pode-se perceber que a partir de 2005 os valores encontrados para o coeficiente de Gini no Brasil ficam abaixo do valor médio do coeficiente (0,565) calculado para o Brasil no período, sendo que o Espírito Santo, já em 2003, se encontra abaixo desse valor médio. No estado, a maior intensidade de queda se dá no início do período, de 2002 a 2005, com média anual da taxa de decréscimo de 1,5%; já para o período subsequente (2006 a 2009) a média foi de 1,2%. Com relação ao Brasil e a região Sudeste, a maior intensidade de queda foi verificada para os quatro últimos anos, com média anual de 1,2% e 1,5%, respectivamente (Figura 2). De acordo com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2007) à primeira vista essas reduções parecem ser pequenas, mas quando se analisa os 75 países para os quais há informações relativas à evolução da desigualdade de renda ao longo da década percebe-se que menos de ¼ dos países apresentou taxas de redução da desigualdade superiores à brasileira (IPEA, 2007).

Figura 2 - Coeficiente de Gini para o Brasil, região Sudeste e Espírito Santo, 2001-2009



Fonte: IBGE - PNAD (2001-2009).

Elaboração: Rede de Estudos da Economia do Bem-Estar e Setor Público.

Vale ressaltar que a trajetória do coeficiente de Gini para o Espírito Santo em 2009 destoa da trajetória brasileira e da região Sudeste, visto que enquanto o Brasil e região Sudeste alcançam o menor valor em 2009, o Espírito Santo volta a apresentar um aumento no grau de desigualdade, 0,516 em 2008 versus 0,528 em 2009 (Figura 2).

De maneira geral, no Espírito Santo, o que prevalece no período de 2001 a 2009 é a redução na magnitude da concentração de renda, que por sua vez tem elevado impacto sobre a redução da pobreza.

Um dos principais determinantes que explicam a diferença de renda *per capita* entre as famílias, diz respeito à renda derivada do trabalho². Esta pode afetar a renda das famílias de duas maneiras, uma pela forma de acesso dos indivíduos ao mercado de trabalho e a outra pela diferença de remuneração entre eles.

Na Figura 3, é apresentada a taxa de desemprego de acordo com os décimos da distribuição de renda. Observa-se claramente que as maiores taxas de desemprego estão nos primeiros décimos da distribuição. As famílias mais carentes, que se situam no primeiro décimo da distribuição apresentaram uma taxa de desemprego de 23,7% na média entre 2001 a 2008, e de 28,1% em 2009. Todas as taxas de desemprego até o quarto décimo ficaram acima da taxa média do período

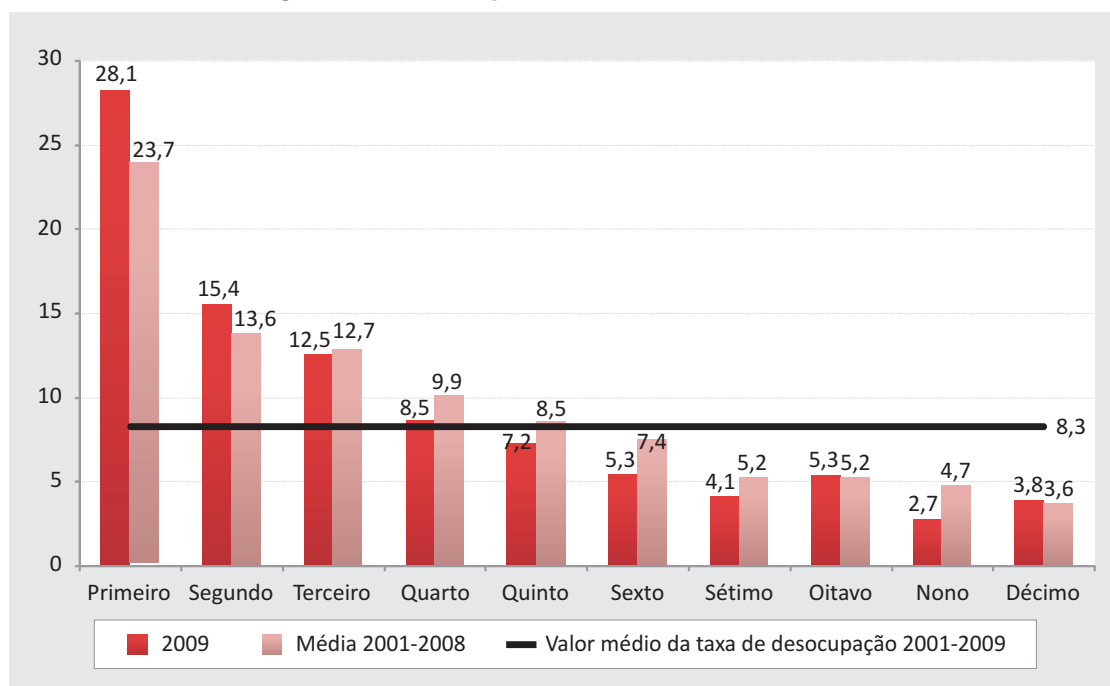
² Determinantes da desigualdade dizem respeito a todos os fatores que fazem com que uma família tenha uma renda distinta da outra. O IPEA em estudo realizado em 2006 apontou cinco potenciais fatores: a) fatores demográficos; b) transferência de renda; c) rendimento de ativos; d) acesso, desemprego e participação no mercado de trabalho; e e) distribuição dos rendimentos do trabalho. (IPEA, 2006, pg. 5).

de 2001 a 2009 (8,3%). Por outro lado, os maiores décimos da distribuição de renda, o nono e o décimo, em todos os anos apresentaram as menores taxas de desemprego, correspondendo respectivamente, a 4,7% e 3,6% em 2009.

No entanto, apesar de possuir a maior taxa de crescimento do desemprego entre 2008 e 2009, o primeiro décimo da distribuição apresentou aumento na sua renda domiciliar *per capita*, conforme visto na Figura 1. Tal fato pode ser explicado principalmente pela boa focalização dos programas de transferência de renda.

Os programas de transferência de renda assumem papel importante para a redução da pobreza. Entre estes, um dos principais vigentes hoje no Brasil é o Bolsa Família. As famílias beneficiadas neste programa precisam apresentar renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00. O que corresponde no Espírito Santo, às famílias situadas no primeiro décimo da distribuição de renda, que recebem renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 124,00, e por algumas famílias situadas no segundo décimo de renda, com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 179,00. O Bolsa Família atende hoje no Espírito Santo um total de 189.972 famílias, o que representa uma transferência mensal R\$ 17.098.793,00 (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010).

Figura 3 - Taxa de desemprego para a população de 15 anos ou mais por décimos da distribuição de renda: Espírito Santo 2001 a 2009

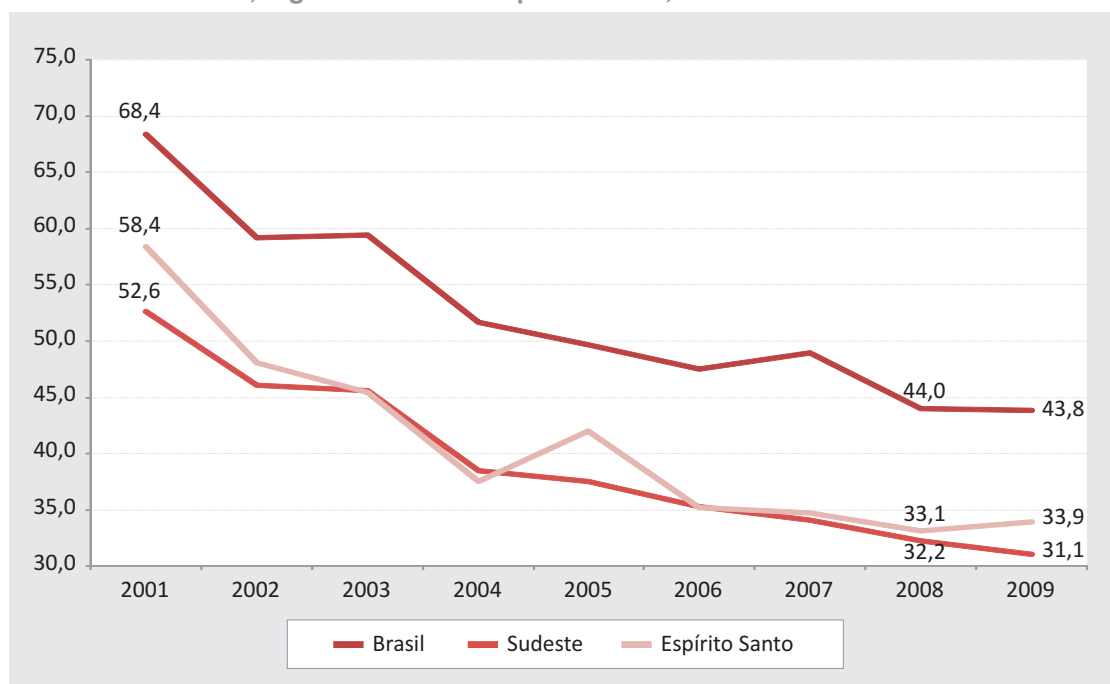


Fonte: IBGE - PNAD (2001-2009).
Elaboração: Rede de Estudos da Economia do Bem-Estar e Setor Público.

Em relação à diferença dos rendimentos, verifica-se que no período analisado os mais pobres passaram a apropriar uma parte maior da renda total da sociedade, o que contribuiu para a redução da desigualdade. Para que isso ocorra é necessário que a renda média dos mais pobres cresça mais rápido do que a renda média total (IPEA, 2006). Este fato foi verificado para o Espírito Santo de 2001 a 2009, uma vez que, em 2001, os 10% mais ricos recebiam uma renda 58,4 vezes maior do que os 10% mais pobres, enquanto que em 2009 passaram a receber uma renda 33,9 vezes maior. Um número inferior ao do Brasil, cujos 10% mais ricos recebem 43,8 vezes mais que os 10% mais pobres (Figura 4).

De maneira geral, na maior parte do período, a razão entre a renda dos 10% mais ricos e os 10% mais pobres apresentou comportamento similar entre Espírito Santo, Brasil e região Sudeste. Observa-se que a razão de renda entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres para o Brasil aumenta nos anos de 2003 e 2007, enquanto que para o Espírito Santo em 2005 e 2009. No entanto, a região Sudeste apresenta tendência de queda em todo o período. Este aumento na desigualdade no Brasil e no Espírito Santo nesses anos específicos sugere a ocorrência de uma apropriação maior da renda pela população mais rica em detrimento da população mais pobre.

Figura 4 - Razão entre a renda apropriada pelos 10% mais ricos e os 10% mais pobres no Brasil, região Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: IBGE - PNAD (2001-2009).
Elaboração: Rede de Estudos da Economia do Bem-Estar e Setor Público.

Enfim, o período analisado é marcado por um acentuado crescimento na renda dos segmentos mais pobres, particularmente dos 10% mais pobres. Como consequência ocorreu uma importante queda na desigualdade associada a uma maior inclusão social dos menos favorecidos, como será visto na próxima seção.

4. CLASSES SOCIAIS

A questão agora é saber como os indicadores analisados na seção anterior apontam para mudanças estruturais em relação à mobilidade social.

A Figura 5 mostra os estratos sociais classificados com base na renda domiciliar *per capita*. O gráfico revela que nos últimos anos houve uma ascensão da classe média, redução do número de pobres e, ao mesmo tempo, um aumento da elite.

No topo da pirâmide estão as famílias com rendimento domiciliar *per capita* superior a R\$ 1.280,16, denominadas elite. Estas representavam 7,8% em 2001, passando para 9,3% em 2008 e 11,1% em 2009 (Figura 5). Este aumento em 2009 correspondeu a um total de 70.480 pessoas entrando nesta classe social.

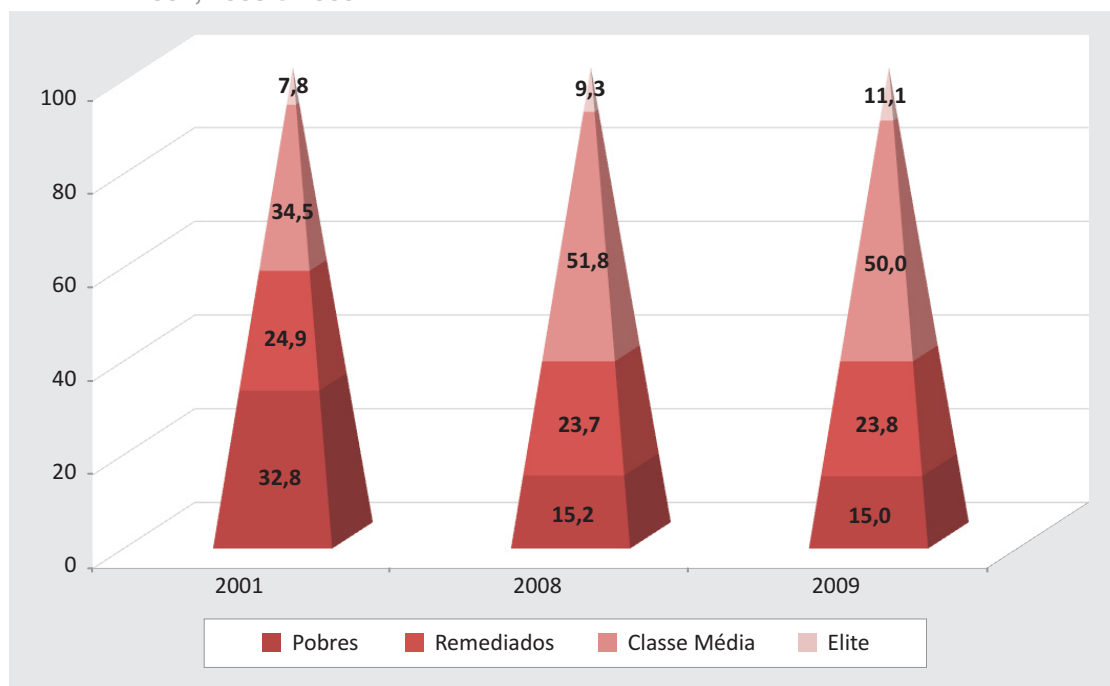
Das pessoas que ingressaram na elite, a maioria reside nos grandes municípios (68.762 pessoas) e estão situadas na área urbana (73.503 pessoas). Já a área rural apresentou uma diminuição das pessoas situadas na classe elite, registrando menos -3.023 pessoas nesta classe. No entanto, é preciso ter certo cuidado quanto a este resultado, pois a PNAD não considera os rendimentos destinados ao consumo próprio, sendo este de extrema importância na área rural. Com relação à cor ou raça, apesar de a maioria das pessoas da elite ainda serem constituídas de pessoas que se declaram brancas (235.470 pessoas brancas e 147.296 pessoas não brancas), o maior crescimento em 2009 nesta classe se deu de pessoas não brancas (81,8%), correspondendo a mais de 57 mil pessoas (Tabela 1 – Apêndice).

Nos últimos nove anos, o maior crescimento é verificado na classe média, que é representada por famílias com rendimento *per capita* entre R\$ 296,95 a R\$ 1.280,16. Esta passa a representar mais de 50% da população capixaba a partir de 2007, mantendo esta proporção em 2009. A expansão da classe média não é um fenômeno verificado apenas no Espírito Santo, este vem ocorrendo em praticamente todo o país e em economias emergentes.

No entanto, apesar do grande aumento ocorrido nos últimos anos, onde mais de 656 mil pessoas entraram para a classe média de 2001 a 2009, na comparação de 2008 a 2009 houve uma queda, com -19.149 pessoas deixando esta classe no estado. A maioria das pessoas da classe média residem na área urbana (1.457.908) e se declaram com relação à cor ou raça como não brancas (948.016). Já quanto à situação do domicílio entre pequenos e grandes municípios a proporcionalidade é a mesma, 50% (Tabela 1 – Apêndice).

A classe de remediados foi a única classe que não apresentou mudanças significativas. Em 2001 representava 24,9% das famílias, passando em 2008 para 23,7% e em 2009 para 23,8%, um total de 820.418 pessoas. Estes são representados pelas pessoas que recebem renda domiciliar *per capita* entre R\$ 157,56 a R\$ 296,95.

Figura 5 - Proporção de indivíduos segundo classes sociais no Espírito Santo, 2001, 2008 e 2009



Fonte: IBGE - PNAD (2001-2009).

Elaboração: Rede de Estudos da Economia do Bem-Estar e Setor Público.

Na base da pirâmide encontra-se a classe denominada como pobres, referente as pessoas que recebem renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 157,56. Conforme a Figura 5 observa-se que houve uma acentuada queda na porcentagem de pobres no estado do Espírito Santo, passando de 32,8% em 2001 para 15,0% em 2009. Segundo BARROS *et all* (2006) existem dois instrumentos capazes de causar uma diminuição da pobreza: a) o crescimento econômico balanceado, que eleva tanto a renda dos mais pobres quanto a dos ricos; e b) a redução no grau de desigualdade, que faz crescer a fatia de renda dos mais pobres em detrimento da dos mais ricos, mesmo na ausência de crescimento econômico.

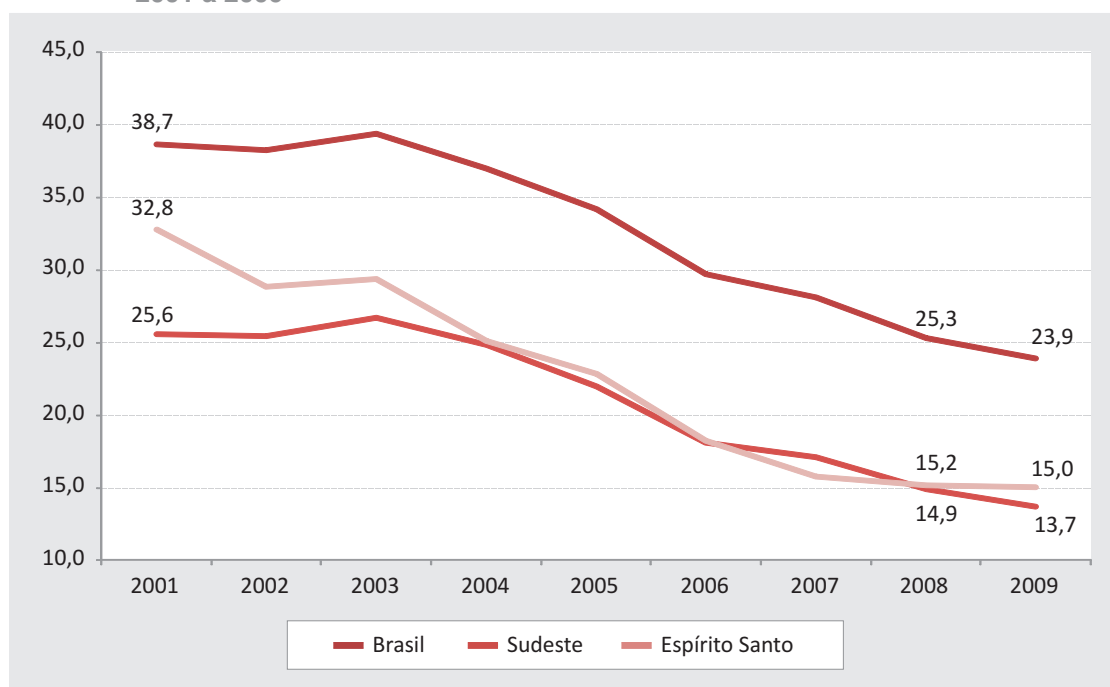
No estado pode-se verificar que houve um processo de crescimento com elevação da equidade. Na seção anterior verificou-se que a renda dos mais pobres cresceu acima da taxa de crescimento média da renda estadual, o que mostra que o crescimento no estado foi acompanhado por reduções no grau de desigualdade, conforme corroborado pelo índice de Gini, o qual apresentou uma redução bastante acentuada. Dado isto, não é de se surpreender que a porcentagem de pobres tenha declinado mais de 54% de 2001 a 2009.

A Figura 6 apresenta uma comparação da evolução do número de pobres no Brasil, na região Sudeste e no Espírito Santo entre os anos de 2001 e 2009. Em 2001, o número de pobres no Espírito Santo correspondia a 32,8% da população, valor superior a região Sudeste (25,6%) e menor que a brasileira (38,7%). Em 2009, o número de pobres no Espírito Santo foi para 15%, valor próximo ao

apresentado pela região Sudeste (13,7%). Em termos comparativos a redução no número de pobres no Espírito Santo de 2001 para 2009 foi de 17,8 pontos percentuais, enquanto no Brasil e região Sudeste a queda foi de 14,8 e 11,3 pontos percentuais, respectivamente.

No Espírito Santo observa-se entre 2001 a 2007 uma queda mais acentuada da porcentagem de pobres que a região Sudeste e o Brasil, chegando em 2007 a 15,8%, valor inferior a verificada na região Sudeste (17,1%). Nota-se que a partir de 2008 ocorre uma diminuição na velocidade dessa queda, sendo que em 2009 a redução foi de 0,2 pontos percentuais com relação a 2008. Tal resultado fez com que o Espírito Santo (15,0%) voltasse a apresentar taxa superior à região Sudeste (13,7%).

Figura 6 - Percentagem de pobres no Brasil, região Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: IBGE - PNAD (2001-2009).

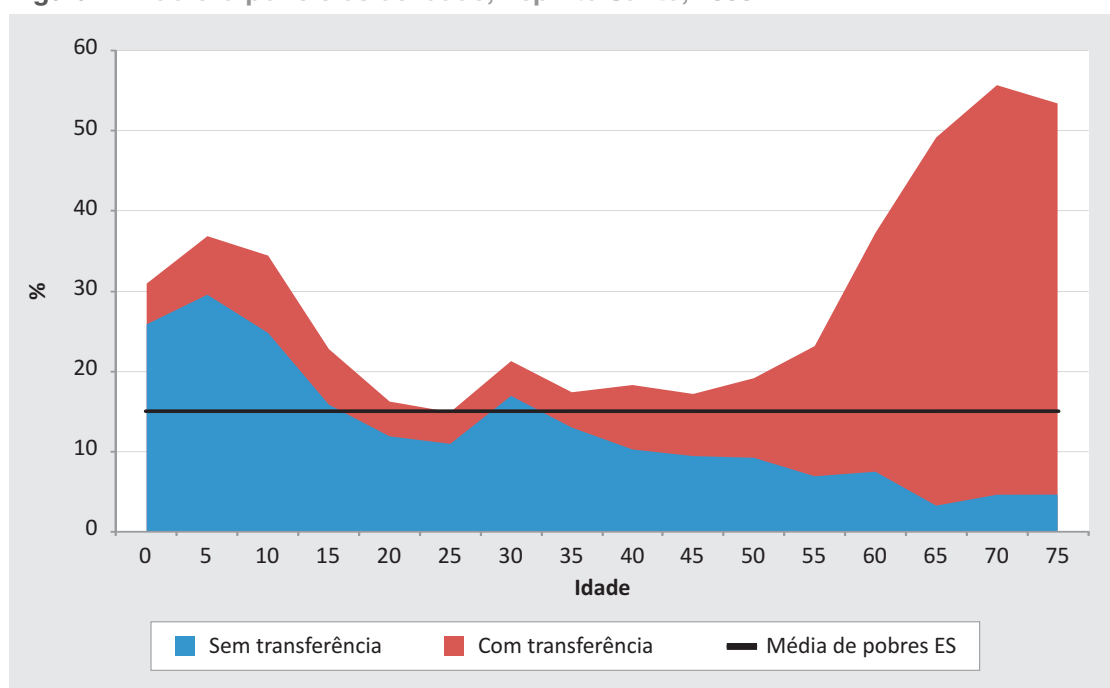
Elaboração: Rede de Estudos da Economia do Bem-Estar e Setor Público.

A maioria das pessoas situadas nesta classe reside na área urbana (411.855 pessoas) e se declaram como não brancas (372.456 pessoas). No entanto, são exatamente essas duas categorias que apresentaram a maior diminuição. De 2001 a 2009, mais de 319 mil pessoas declaradas como não brancas e mais de 328 mil pessoas residentes da área urbana deixaram a situação de pobreza. Com relação à situação do domicílio na amostra, os grandes municípios apresentam 13,6% de pobres enquanto os pequenos municípios apresentam 16,9% (Tabela 1 – Apêndice).

A Figura 7 apresenta a distribuição da pobreza por ciclo de idade comparando duas situações: pobreza com transferências (situação atual) e pobreza sem transferências governamentais. Ao se

analisar a área vermelha da figura 7 (pobreza sem transferências) observa-se que a pobreza incidiria principalmente nas faixas de idade mais extremas, crianças e adolescentes de 0 e 15 anos e idosos entre 60 e 75 anos. Nas crianças, o pico ocorre na idade de 5 anos, visto que nessa faixa de idade 36,9% das crianças seriam pobres caso não houvesse transferências. Na faixa etária entre 60 e 75 anos, o pico incide aos 70 anos de idade, sendo que 55,7% seriam pobres sem as transferências. Isto ocorre devido ao fato de nas idades extremas, as pessoas não estarem inseridas na População Economicamente Ativa, não contribuindo com a renda da família. Este efeito está relacionado à característica do ciclo de vida do trabalho, em que crianças, adolescentes e idosos aumentam a razão de dependência e com isso reduzem a renda domiciliar *per capita* das famílias. No caso das crianças ainda há outro componente, ao prejudicar a inserção no mercado de trabalho principalmente das mulheres.

Figura 7 - Pobreza por ciclos de idade, Espírito Santo, 2009



Fonte: IBGE - PNAD (2001-2009).

Elaboração: Rede de Estudos da Economia do Bem-Estar e Setor Público.

A área azul da Figura 7 reflete os resultados das políticas públicas de transferência de renda. Com as transferências, a pobreza dos idosos de 70 anos declina de 55,7% para 4,6%, o que equivale a uma redução de 51,1 pontos percentuais. No entanto, embora as políticas de transferência de renda tenham reduzido em 7,3 pontos percentuais a pobreza para as crianças de 5 anos de idade (passando de 36,9% para 29,6%), percebe-se a menor efetividade dos programas de combate a pobreza entre as crianças e adolescentes de 0 e 15 anos do que entre os idosos de 60 a 75 anos. Isto pode ser verificado ao se observar que a pobreza na faixa etária de 0 a 15 anos fica acima da média de pobres no Espírito Santo (15%).



Tal fato mostra que as políticas públicas de transferência de renda têm priorizado o atendimento aos idosos via mecanismos previdenciários e transferência de renda de cunho assistencial. Nesse sentido, percebe-se a necessidade de se criar mecanismos de proteção voltados para a faixa etária de 0 a 15 anos de idade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou desenvolver uma descrição dos dados da PNAD sobre a desigualdade de renda e a estrutura das classes sociais no estado do Espírito Santo. O trabalho mostrou que de 2001 a 2009 houve uma queda acentuada no nível de desigualdade de renda no estado. O coeficiente de Gini declinou 10,5% de 2001 a 2009, alcançando em 2008 o menor valor da série (0,516). Entretanto, apesar da queda da concentração de renda apresentada de forma geral, em 2009 foi observado um movimento contrário, ocorrendo um aumento da desigualdade no último ano analisado. Parte considerável deste aumento em 2009 está associada ao crescimento da renda dos últimos decis da distribuição, principalmente do nono decil que apresentou elevação de 10,6% em relação ao ano anterior.

Com relação às classes sociais, observou-se que nos últimos nove anos houve no Espírito Santo uma redução da pobreza e uma ampliação da classe média e da elite, sendo esta melhora sentida principalmente pelos indivíduos residentes na área urbana e de cor ou raça não branca.

Esses resultados mostram que as mudanças ocorridas nos últimos nove anos são extremamente positivas, no entanto, estas devem ser encaradas apenas como um primeiro passo, sendo preciso avançar ainda mais com relação ao bem-estar social. Os programas de transferência de renda cumpriram um papel importante na redução da pobreza, entretanto, estes programas estão perdendo força nos últimos dois anos. No Espírito Santo, o crescimento da renda do trabalho também foi um fator de grande impacto para a redução da desigualdade social e pobreza.

Portanto, o estado deve continuar a privilegiar a inclusão produtiva dos indivíduos, por meio de programas capazes de expandir o acesso à educação e a qualificação profissional, com isso equalizar as oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, contemplando outros objetivos sociais como o aumento da re-inserção da mão-de-obra, redução da taxa de desemprego, elevação da produtividade dos trabalhadores e dos rendimentos do trabalho, os quais possuem efeitos significativos sobre a desigualdade e mobilidade social tanto no curto quanto no longo prazo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, R. P., HENRIQUES, R., MENDONÇA, R. *A estabilidade inaceitável: Desigualdade e pobreza no Brasil*. Texto para discussão nº800. IPEA, Rio de Janeiro, 2001.

_____. Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BARROS, R. P., et al. A importância da queda recente da desigualdade para a pobreza. In: BARROS, R.P., FOGUEL, M. N., ULYSSEA, G. (Org.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Rio de Janeiro: IPEA, v.1, 2006.

GUIMARÃES, P. W. *Variação de renda familiar, desigualdade e pobreza no Brasil*. 177p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2000. Rio de Janeiro, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. Brasília: Ipea, ago. 2006. *Nota Técnica*.

JANNUZZI, P. M. *Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. 3. ed., Campinas, Alínea, 2006, 141 p.

LANGONI, C. G.. *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. MDS em números. Disponível em: << WWW.mds.gov.br/bolsafamilia>> . Acesso em: 28 de dezembro de 2010.

NERI, M. C. (coordenação). *A nova classe média: O lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro, FGV, 2010.

ROCHA, S. *Opções Metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil*. Texto para discussão nº720. Rio de Janeiro, IPEA, 2000.

VESCOVI, A. P. V. J., CASTRO, M. W. *A evolução recente da classe média no Espírito Santo*. Nota técnica nº02. Vitória, IJSN, 2008.

APÊNDICE

Cronologia 1 - Distribuição da elite segundo cor ou raça, situação do domicílio e situação na amostra

Características	Número de pessoas			Variação absoluta		Variação Percentual		
	2001	2008	2009	2009/2001	2009/2008	2001	2008	2009
Elite								
Branços	171.070	222.649	235.470	64.400	12.821	12,7	15,2	16,6
Não brancos	70.337	89.637	147.296	76.959	57.659	4,0	4,7	7,3
Urbano	232.783	299.413	372.916	140.133	73.503	9,2	10,8	13,1
Rural	8.624	12.873	9.850	1.226	-3.023	1,5	2,1	1,6
Grandes municípios	181.055	215.030	283.792	102.737	68.762	10,3	11,5	14,2
Pequenos municípios	60.352	97.256	98.974	38.622	1.718	4,6	6,5	6,8
Classe Média								
Branços	566.321	819.568	774.452	208.131	-45.116	42,2	56,1	54,7
Não brancos	499.184	921.572	948.016	448.832	26.444	28,6	48,5	46,8
Urbano	954.774	1.483.680	1.457.908	503.134	-25.772	37,9	53,7	51,2
Rural	110.731	257.937	264.560	153.829	6.623	19,4	42,9	44,2
Grandes municípios	626.709	1.026.470	999.152	372.443	-27.318	35,6	54,8	50,1
Pequenos municípios	438.796	715.147	723.316	284.520	8.169	33,1	48,1	50,0
Remediados								
Branços	284.065	272.246	261.281	-22.784	-10.965	21,2	18,6	18,5
Não brancos	482.836	523.962	559.137	76.301	35.175	27,7	27,6	27,6
Urbano	589.477	600.269	602.775	13.298	2.506	23,4	21,8	21,2
Rural	177.877	195.939	217.643	39.766	21.704	31,3	32,6	36,4
Grandes municípios	427.469	401.462	439.993	12.524	38.531	24,3	21,4	22,1
Pequenos municípios	339.885	394.746	380.425	40.540	-14.321	25,7	26,5	26,3
Pobres								
Branços	320.361	145.898	143.535	176.826	-2.363	23,9	10,0	10,1
Não brancos	691.550	363.784	372.456	319.094	8.672	39,7	19,2	18,4
Urbano	740.100	376.184	411.855	328.245	35.671	29,4	13,6	14,5
Rural	271.811	133.498	105.543	166.268	-27.955	47,8	22,2	17,7
Grandes municípios	526.372	229.339	272.065	254.307	42.726	29,9	12,2	13,6
Pequenos municípios	485.539	280.343	245.333	240.206	-35.010	36,7	18,8	16,9

Fonte: IBGE - PNAD (2001-2009).

Elaboração: Rede de Estudos da Economia do Bem-Estar e Setor Público.

Editoração
João Vitor André